

**FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO
ABERTO SANTANDER POUPANÇA
INVESTIMENTO FPR**

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE
2012

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

CONTEÚDO	PÁGINA
I - RELATÓRIO DE GESTÃO	3
II - RELATÓRIO DE AUDITORIA.....	14
III - BALANÇO DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO SANTANDER POUPANÇA INVESTIMENTO FPR REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	18
IV - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO SANTANDER POUPANÇA INVESTIMENTO FPR REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	21
V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO SANTANDER POUPANÇA INVESTIMENTO FPR REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	23
VI - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012.....	25
Nota 1 – Capital do Fundo.....	26
Nota 2 – Transacções de Valores Mobiliários no Período	26
Nota 3 – Carteira de Títulos	27
Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos.....	29
Nota 5 – Componentes do Resultado do Fundo.....	31
Nota 9 – Discriminação dos Impostos sobre Mais-Valias e Retenções na Fonte.....	32
Nota 11 – Exposição ao Risco Cambial	32
Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro.....	33
Nota 13 – Cobertura do Risco Cotações.....	33
Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados	33
Nota 15 – Custos Imputados	34
Nota 16 – Derrogação dos Princípios Contabilísticos dos Fundos de Investimento Mobiliário	34
Nota 17 – Comparabilidade das Demonstrações Financeiras.....	34

I - RELATÓRIO DE GESTÃO

Relatório do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Poupança Investimento FPR

Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

A economia mundial desacelerou de forma mais pronunciada do que o esperado, em 2012, fruto de uma mais profunda deterioração dos agentes económicos, na sequência (i) do agravamento da crise da dívida soberana, na zona euro, e seu contágio à economia mundial e, em simultâneo, (ii) com os receios associados ao “precipício orçamental”, nos EUA. Acrescem ainda os efeitos relacionados com a instabilidade geopolítica em várias regiões do Globo.

A tendência de desaceleração foi relativamente uniforme ao longo do ano, em termos de variação homóloga, com uma desaceleração progressiva das taxas de crescimento do PIB, de forma generalizada. O abrandamento da actividade seria mais visível no segundo semestre do ano, em especial na Europa, com o contágio da crise da dívida soberana a afectar os países “core”, juntamente com o impacto da desaceleração dos mercados emergentes.

No final do ano, eram visíveis diferentes dinâmicas de crescimento, com a zona euro em situação recessiva, fruto do agravamento da crise, enquanto os EUA recuperavam o potencial de crescimento. Nos mercados emergentes, as indicações são ainda de estabilização do crescimento, em ritmos abaixo da média histórica.

Os mercados emergentes foram particularmente afectados pela desaceleração, com o crescimento a cair abaixo da média dos últimos anos, uma tendência mais visível no Brasil. Isso foi o resultado das políticas restritivas adoptadas no passado, para evitar os riscos de sobreaquecimento e controlar potenciais bolhas de crédito, a que acresceram os impactos da moderação da procura por parte das economias desenvolvidas.

Na China, houve também uma moderação do investimento público, uma vez concluídos os programas de estímulo económico adoptados após a crise de 2008/09.

Posteriormente, nos vários países, foram adoptadas medidas de estímulo, incluindo descidas de taxas de juro, bem como políticas de investimento público.

Na China, o banco central desceu as taxas de juro de referência pela primeira vez em vários anos, após sucessivas subidas e aumentos do coeficiente de reservas de caixa, com o objectivo de travar o crescimento do crédito.

No Brasil, o banco central foi mais agressivo na adopção de políticas expansionistas, tendo descido a taxa de juro de referência em 500pb, para 7,25%, ao mesmo tempo que flexibilizou alguns dos critérios macroprudenciais para estimular a concessão de crédito.

Nos EUA, o crescimento económico permaneceu moderado, tendo mesmo registado uma ligeira desaceleração durante o período do Verão, com o desemprego a estabilizar acima de 8%, muito acima da média dos últimos anos e dos níveis considerados como consistentes com o pleno emprego (cerca de 6%, de acordo com o consenso de mercado). Em resultado, e devido aos maiores riscos para a economia norte-americana colocados pela crise europeia, a Reserva Federal mencionou a possibilidade de adopção de novas medidas de estímulo não convencionais. No Verão, e apesar de os investidores anteciparem uma nova vaga do programa de aquisição de dívida pública (Quantitative Easing), a Reserva Federal apenas prolongou a operação “Twist”, na qual reinveste em maturidades mais longas as aplicações que já tem em dívida pública norte-americana.

Já no 4T, a Reserva Federal fez depender ainda mais a política monetária da evolução do mercado de trabalho, apesar da descida da taxa de desemprego para 7,8%. Este nível é considerado muito elevado, sendo o nível “natural” estimado em redor de 6,5%. Assim, comunicou que as taxas de juro de referência

deverão permanecer em mínimos históricos até 2015, e anunciou um reforço do seu programa de aquisição de dívida pública (Quantitative Easing), ao abrigo do qual adquire um adicional de 45 mil milhões de dólares por mês, ao qual acresce a aquisição de 40 mil milhões de créditos hipotecários titularizados, também em base mensal.

Ao longo do segundo semestre, a conjuntura nos EUA foi afectada pela discussão em torno do “precipício fiscal”, como é caracterizado o mecanismo automático de correcção do desequilíbrio orçamental, caso o tecto da dívida pública (actualmente fixado em 16,4 triliões de dólares) não seja aumentado. Decorrem presentemente negociações para elevar esse limite, no quadro de uma redução estrutural do défice orçamental, que ainda se situa em cerca de 8,5% do PIB. Caso não haja esse acordo, serão automaticamente aumentados os impostos sobre o rendimento, e efectuados cortes na despesa, que poderiam ter um impacto negativo na economia de cerca de 2pp do PIB.

No Reino Unido, o crescimento económico também foi débil, apenas beneficiando pontualmente dos efeitos positivos do Jubileu da Rainha Isabel II e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Procurando apoiar a recuperação da actividade, no contexto de políticas orçamentais restritivas, o Banco de Inglaterra manteve as taxas de juro de referência em mínimos históricos (0,5%) e ampliou o seu programa de Quantitative Easing para 375 mil milhões de libras esterlinas. Em simultâneo, lançou o programa de “Funding for Lending”, ao abrigo do qual os bancos podem submeter novos créditos a empresas como colateral nas operações de financiamento junto do banco central. Quanto maior for o volume de novos empréstimos, menor será a taxa de financiamento.

Na zona euro, a confiança económica deteriorou-se, fruto das sucessivas ondas de choque associadas à crise da dívida soberana. Embora, numa fase inicial, confinadas aos agora designados países “periféricos”, essas ondas de choque transmitiram-se aos países “core”, assim como a outras regiões geográficas e económicas, como mencionado anteriormente. Esse aumento da incerteza materializou-se numa redução da despesa, nível generalizado, com uma queda do consumo privado e do investimento.

A zona euro terminaria, deste modo, o ano de 2012 em recessão, com as perspectivas a sinalizarem a continuação de ritmos deprimidos de actividade até ao segundo semestre de 2013, quando se poderia começar a iniciar uma recuperação gradual da actividade.

O contágio acentuou-se ainda no primeiro trimestre, com a crise a estender-se a Espanha e Itália, reflectindo-se numa subida das taxas de juro exigidas pelos investidores nos vários leilões de dívida pública, de curto e de longo prazo.

Em Espanha, as tensões agravaram-se após o Governo ter revelado, por um lado, que o défice orçamental de 2011 foi mais elevado do que o previsto inicialmente, devido à derrapagem da despesa nas comunidades autónomas, e, por outro lado, que o ritmo de consolidação seria mais gradual do que o inicialmente antecipado.

Posteriormente, e na sequência do anúncio de novos problemas na carteira de crédito do Banco Bankia (criado a partir da fusão de várias cajas de ahorro), foi efectuado um stress test ao conjunto do sistema financeiro espanhol. O exercício, desenvolvido pelas consultoras Roland Berger e Oliver Wyman, estimou as necessidades de capital do sector bancário num valor entre 51 e 62 mil milhões de euros, abaixo dos 100 mil milhões de euros acordados com as autoridades europeias, no âmbito de um programa de apoio financeiro para a reestruturação e recapitalização do sector. Os resultados finais da auditoria, conduzida pela consultora Oliver Wyman, confirmaram necessidades de capital de 59,3 mil milhões de euros, dentro da estimativa inicial. Os bancos Santander, BBVA e LaCaixa não têm necessidades de recapitalização, e o Banco Popular concluiu esse processo, com recurso a fundos privados.

Este programa será, numa primeira fase, efectuado através de empréstimos ao Estado espanhol, mas, posteriormente, os fundos europeus FEEF/MEE poderão apoiar directamente os bancos, uma vez concluída a criação de um mecanismo único de supervisão bancária, a nível europeu, que inclua também o BCE.

Na Grécia foi concluído o programa de reestruturação da dívida pública grega (“PSI – private sector involvement”), no qual a esmagadora maioria dos investidores privados aceitou os termos de troca, com uma perda associada equivalente a 53,5% do valor nominal (cerca de 75% do valor investido) e que, por um lado, desbloqueou a aprovação de um segundo pacote de resgate, no montante de 130 mil milhões de euros, e, por outro, deverá contribuir para que a dívida pública grega, em percentagem do PIB, possa reduzir-se até 124% em 2020.

Após uma primeira eleição que resultou na ausência de uma maioria governativa estável, o segundo processo eleitoral resultou numa maioria parlamentar apoiada pela Nova Democracia, PASOK e DIMAR, com o Governo comprometido não só com o cumprimento dos acordos com as instituições internacionais, mas também a solicitar uma flexibilização das metas, que permita um ajustamento menos brusco para a economia.

No final do ano, foi finalmente aprovado o novo programa de apoio à Grécia, no âmbito do qual foram adoptadas novas medidas de apoio: (i) redução em 100pb das taxas de juro aplicáveis nos empréstimos bilaterais do primeiro programa; (ii) redução de 10pb nas comissões de garantia; (iii) extensão das maturidades dos empréstimos pelo FEEF em 15 anos e 10 anos de carência de juros; e (iv) entrega à Grécia dos ganhos com a carteira de dívida pública grega constituída pelos bancos centrais do Eurosistema.

Estas decisões reduzem substancialmente os riscos de saída, a curto prazo, pela Grécia da zona euro, revelando o compromisso que existe de apoio aos países em maiores dificuldades (sujeitos, obviamente, ao cumprimento dos objectivos acordados nos programas de ajustamento). Estes riscos tinham sido particularmente elevados no primeiro semestre do ano.

No segundo semestre, a Comissão Europeia apresentou também a sua proposta de “mapa” para o aprofundamento da União Económica e Monetária, através da criação de uma verdadeira União Bancária. O objectivo é, a prazo, eliminar os riscos actualmente existentes derivados da ligação entre o sector bancário e o respectivo soberano, que contribuiu para a fragmentação dos mercados financeiros europeus.

Esta união passa por três vectores: (i) mecanismo único de supervisão bancária, com o BCE a desempenhar o papel fundamental. O BCE terá a seu cargo a supervisão dos bancos com activos superiores a 30 mil milhões de euros ou que representem mais de 20% do sistema bancário do país; (ii) mecanismo e autoridade única de resolução bancária, que defina os critérios para a reestruturação e/ou resolução de bancos em situação de crise; e (iii) um fundo comum de garantia de depósitos, que quebre a relação actualmente existente com o soberano. Este fundo não será implementado de imediato. As autoridades europeias adoptaram um conjunto de medidas de apoio económico, visando apoios de mais curto prazo, enquanto são adoptados mecanismos estruturais de resolução da crise.

O Conselho Europeu de 28-29 de Junho decidiu reforçar as medidas de apoio ao crescimento económico, com o aumento de capital do BEI – Banco Europeu de Investimento, a reafecção de fundos comunitários e a criação de “project bonds”, dívida comum emitida pela UE para financiar projectos de investimento, num montante total de 130 mil milhões de euros, ou cerca de 1% do PIB europeu.

O BCE, em reacção aos sinais de agravamento da recessão europeia, desceu as taxas de juro de referência, colocando a principal taxa de cedência de liquidez em 0,75%, e a taxa de depósito em 0%, o que se reflectiu numa descida das taxas de juro de mercado. Ainda assim, o BCE reconhece que estas medidas deverão ter um impacto limitado sobre a economia europeia.

No final de Julho, o Presidente do BCE, numa conferência em Londres, afirmou que o BCE faria o que estivesse dentro do seu mandato para defender o euro, e que isso “seria suficiente”. Na reunião de Agosto, foi comunicado que o BCE iria estudar a forma de intervenção, conjuntamente com os fundos europeus de resgate, mas que os países que necessitem dessa intervenção terão que pedir um apoio formal, sujeito a condicionalidade, aos fundos europeus FEEF/MEE.

O Banco Central Europeu anunciou os detalhes do seu programa de aquisição de dívida pública, o “Outright Monetary Transactions”. Este programa visa repor a normalidade no processo de transmissão da política monetária, ao eliminar o risco de convertibilidade que resultou numa subida pronunciada dos spreads da dívida pública de Espanha e Itália. Em termos gerais, a intervenção pelo BCE será precedida de um pedido formal pelos países mais afectados e sujeita a condicionalidade. Cumprida essa formalidade, o BCE intervirá de forma ilimitada sobre os prazos mais curtos da curva de rendimentos (até aos 2 anos).

Para países já sob programas de ajustamento, como é o caso de Portugal, o BCE deixa a possibilidade de intervenção quando o acesso ao mercado se torne uma realidade.

Ao longo de todo o ano, o BCE manteve a cedência ilimitada de liquidez ao sistema bancário europeu, tendo em Janeiro sido realizada a segunda operação de cedência de liquidez a 3 anos, no âmbito da qual o sector tomou fundos no montante de 530 milhares de milhões de euros. No conjunto das duas operações de muito longo prazo foram tomados fundos no montante de 1.019 milhares de milhões de euros.

Uma parte significativa destes fundos foi pedida por motivos de precaução, dado que no início de 2012 havia instituições financeiras com elevados montantes de dívida a vencer durante o ano e os riscos de incapacidade de refinanciamento em mercado eram bastante elevados. Assim, o montante de depósitos junto do BCE foi bastante elevado, de 665 milhares de milhões de euros. A partir de Julho, quando o BCE desceu a taxa de depósito para 0%, o montante depositado na facilidade de depósito reduziu-se para 262 mil milhões de euros, ficando o remanescente depositado enquanto reservas excedentárias.

Este maior volume de depósitos junto do BCE teve como efeitos uma descida pronunciada das taxas de juro de curto prazo. A taxa de juro Eonia, que reflecte a taxa média das operações do overnight realizadas no mercado interbancário europeu, caiu para cerca de 0,07%, enquanto as taxas de juro Euribor, no final do ano, se situavam todas abaixo da taxa refi. A taxa Euribor 3 meses situava-se em 0,187%, no final de 2012, uma descida de 117pb face ao fecho de 2011.

Também nos EUA e no Reino Unido as taxas de juro de curto prazo desceram para mínimos históricos, ante sinais económicos fracos e o compromisso, mais ou menos explícito, pelos bancos centrais de manutenção das taxas de juro de referência nos actuais níveis mínimos até que a economia dê sinais mais concretos de recuperação sustentada.

A elevada volatilidade continuou a dominar a evolução dos principais mercados financeiros, num contexto de elevada aversão ao risco. Em resultado, os mercados financeiros na zona euro fragmentaram-se ainda mais, com uma progressiva “nacionalização”, que impediu, na opinião do BCE, a transmissão da política monetária.

Um reflexo importante ocorreu nos mercados de dívida pública, com um alargamento de spreads de crédito para novos máximos históricos, tendo o respectivo pico ocorrido no Verão, para as taxas de juro espanholas e italianas, quando a incerteza sobre a situação orçamental e financeira atingia o seu clímax.

As declarações do Presidente do BCE, Mario Draghi, em Julho, de que faria o que estivesse dentro do seu mandato para defender o euro, e as subsequentes perspectivas de que o BCE poderia intervir nos mercados de dívida pública, contribuiu de forma marcante para inverter a tendência nos mercados financeiros, com os spreads a corrigirem em baixa.

O alargamento dos spreads reflectiu também a forte procura de dívida pública de mercados “core”, em particular da Alemanha, que, para os prazos mais curtos (até dois anos), chegou a registar taxas de juro negativas.

Os spreads de Portugal face à Alemanha registaram uma evolução diferenciada, tendo atingido o ponto máximo no início do ano, quando da negociação da reestruturação da dívida pública grega, para depois descer de forma gradual e sistemática ao longo do ano. No final de 2012, o spread a 10 anos situava-se abaixo dos 600pb, caindo posteriormente para cerca de 500pb durante o mês de Janeiro de 2013.

As yields portuguesas, no final do ano, situavam-se já abaixo dos verificados em Abril/Maio de 2011, quando do pedido e posterior negociação do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro.

Nos EUA, a evolução das taxas de juro de longo prazo caracterizou-se pela observação de níveis mínimos históricos, em redor de 1,5%. A intervenção da Reserva Federal nos mercados de dívida pública – efectiva e antecipada pelos investidores – continuou a suportar as yields em níveis abaixo dos que seriam consistentes com os elevados défices orçamentais e com a própria dinâmica da dívida pública, que já ultrapassa os 100% do PIB. A aversão ao risco, em especial de activos denominados em euros, e as fracas perspectivas económicas, com inflação controlada, foram factores adicionais de relevo.

A evolução das principais taxas de câmbio continuou a reflectir a percepção pelos investidores quanto aos desenvolvimentos na Europa, no que concerne à crise da dívida soberana.

O euro, durante o Verão, quando a incerteza atingiu o seu ponto mais elevado, caiu para cerca de 1,20 dólares, replicando os mínimos de 2010 (assim como níveis de 2006). Apesar das declarações de Mario Draghi, os investidores continuavam a atribuir uma probabilidade não despreciable de saída da Grécia da zona euro. O foco colocado pelo BCE no OMT, a que acrescem as decisões da UE quanto à União Bancária, permitiu uma recuperação do euro.

O movimento face às demais divisas foi similar, com a libra a cotar no nível mais elevado desde 2008 (nas 0,77 libras por euro), enquanto face ao iene o euro cotou em mínimos absolutos, nos 80 ienes por euro. Este movimento seria também revertido no final do ano. Face ao franco suíço, a cotação manteve-se em redor de 1,2 francos, após a decisão do Banco Nacional da Suíça em fixar uma referência para evitar uma maior apreciação da moeda.

Em termos de taxa de câmbio efectiva (considerando as divisas dos doze principais parceiros comerciais da zona euro), houve uma depreciação para o nível mais fraco desde 2002.

Os mercados accionistas globais registaram uma tendência diferenciada, com a Europa a registar desvalorizações acentuadas, em linha com o agravamento da crise da dívida soberana, enquanto os demais mercados registaram sistematicamente ganhos face ao final de 2011.

No final do ano, e no quadro da diminuição da aversão ao risco, os mercados accionistas fecharam em terreno positivo. Na Europa, e como nos demais mercados financeiros, a inversão ocorreu após o compromisso assumido pelo Presidente do BCE na defesa da União Económica e Monetária Europeia.

Em Portugal, os mercados recuperaram no final do ano, fruto da conjugação de vários factores, a destacar: (i) a conclusão do processo de recapitalização pelos principais bancos do sistema; (ii) a redução das expectativas de extensão ou renegociação do Programa de Ajustamento; (iii) a operação de troca de dívida realizada pelo Tesouro português. Neste âmbito, o sector bancário recuperou dos mínimos verificados durante o segundo trimestre do ano.

A debilidade da procura, no contexto da desaceleração da economia mundial, resultou numa descida dos preços das matérias-primas, face aos máximos que tinham sido registados no ano anterior. O petróleo chegou a cotar abaixo dos 100 dólares por barril, o que não ocorria desde 2010, recuperando posteriormente para o intervalo de 100 a 110 dólares, que manteria até ao final do ano.

O ouro continuou a reflectir o seu papel de activo refúgio num quadro de elevada aversão ao risco, tendo observado os máximos do ano, em redor de 1.800 dólares por onça, no Verão, quando a incerteza sobre a zona euro estava no ponto máximo.

Economia Portuguesa

A actividade económica agravou a conjuntura recessiva em 2012, com o PIB a contrair 3%, no conjunto do ano. Esta evolução esteve em linha com as previsões de consenso, realizadas logo no início do ano, embora os contributos das diferentes componentes da procura agregada acabassem por ser

substancialmente diferentes: a contracção da procura interna foi mais pronunciada, especialmente ao nível do consumo privado; as exportações líquidas tiveram um maior contributo para o crescimento económico, fruto de um mais rápido crescimento das exportações para mercados extra-comunitários.

A contracção mais pronunciada do consumo privado reflecte a conjugação de três grandes factores. Por um lado, a subida do desemprego, que terá terminado o ano de 2012 acima de 16%, um máximo histórico absoluto. Em segundo lugar, por uma alteração dos padrões de consumo, decorrentes do aumento do IVA, com as famílias a focarem a sua despesa de consumo em bens mais baratos (como, por exemplo, marcas brancas) e reduzindo o volume de despesa em serviços considerados como não essenciais (por exemplo, alimentação fora de casa). Também a procura de bens de consumo duradouro, em especial de veículos automóveis, registou uma contracção bastante pronunciada. Por último, as famílias aumentaram a poupança por motivos de precaução, mesmo num contexto de redução do rendimento disponível, tendo a taxa de desemprego subido para máximos da década, em 11,2%. O aumento do desemprego e os receios de que uma mais difícil execução orçamental pudesse exigir uma nova sobretaxa sobre um dos subsídios explicam a moderação do consumo.

O investimento, por seu lado, terá continuado a reduzir-se, ainda que de forma diferenciada entre sectores. A despesa de capital em construção continuou a contrair de forma pronunciada, seja pelo cancelamento de grandes projectos de obras públicas (por exemplo, no âmbito da renegociação de contratos de várias PPP pela empresa Estradas de Portugal), seja pela redução da actividade de construção residencial.

O investimento que não em construção, apesar de continuar a contrair, está, no final do ano, a moderar o ritmo de redução.

As tensões nos mercados de crédito, a nível internacional e doméstico, e o agravamento da crise da dívida na zona euro, e subsequente aumento da incerteza quanto às perspectivas de procura, são os principais factores que explicam o adiamento de decisões de expansão da capacidade instalada.

As exportações líquidas continuaram a ser o motor da economia, embora em progressiva desaceleração ao longo do ano. O mencionado agravamento da crise na zona euro está a resultar numa deterioração da conjuntura económica, com a conseqüente moderação da procura externa. As exportações portuguesas estão a desacelerar, em especial as destinadas à Europa. Por exemplo, as vendas para Espanha caíram cerca de 5%, nos 10 meses até Outubro, mas as exportações totais crescem 7,1%. Isso reflecte a capacidade das empresas nacionais em procurar mercados de exportação alternativos, sendo especialmente bem-sucedidas no que toca a mercados extra-comunitários (Angola, China, Brasil e Rússia, por exemplo).

Em linha com a tendência recente, o défice comercial tem vindo a reduzir-se de forma sustentada. O Banco de Portugal, no Boletim Económico de Inverno, antecipa que a balança de bens e serviços tenha registado um excedente de 0,3% do PIB já em 2012. Este saldo, no 3T2012, foi já positivo, o que ocorre pela primeira vez desde 1996, e revela que o ajustamento do desequilíbrio externo está a ser muito mais rápido do que o assumido pelo FMI, no cenário base do programa de ajustamento. E este ajustamento é tanto mais notável quanto ocorre sem uma desvalorização cambial, directa ou por via fiscal.

No primeiro trimestre do ano terminou a vertente 3 do Special on-site Inspection Programme ao sistema bancário nacional, conduzido pelo Banco de Portugal juntamente com auditores externos. Esta vertente analisou a qualidade das metodologias e sistemas de stress test utilizados pelos bancos nacionais, concluindo que duas das instituições (entre as quais a Santander Totta SGPS) tiveram avaliação máxima, com metodologias claramente apropriadas.

No final de Janeiro de 2013, foi concluído o programa de recapitalização do sector bancário, que visa o cumprimento dos objectivos mínimos para o rácio Core Tier 1 de 9%, como exigido pela Autoridade Bancária Europeia (a 30 de Junho), bem como de 10% para o final do ano.

O aumento de capital pelas instituições envolvidas foi de 9,3 mil milhões de euros. Uma das instituições recorreu exclusivamente aos seus accionistas, enquanto três acederam à linha de recapitalização de 12 mil

milhões de euros estabelecida no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro. Uma das instituições terá que apresentar um plano de reestruturação profunda da sua actividade, que assegure a sua viabilidade.

Concluída a sexta avaliação do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, pelas três instituições internacionais FMI/CE/BCE, foi reafirmada a conclusão anterior, de que o Programa está em curso e em linha com o esperado.

Conclui a avaliação dizendo que “While downside risks to growth are significant, the program’s macroeconomic framework remains appropriate. (...) Fiscal consolidation efforts are in line with the revised deficit targets for 2012 and 2013. (...) Adequate capital and liquidity buffers have reduced financial stability risks. (...) Following a successful bond exchange, the authorities have intensified their work on preparing the expected return to market financing during 2013. Provided the authorities persevere with strict program implementation, euro area member states have declared they stand ready to support Portugal until full market access is regained”.

Devido aos desafios existentes, a avaliação pelas instituições internacionais concluiu que a meta orçamental de 4,5% do PIB para 2012 exigiria medidas adicionais que poderiam agravar ainda mais a conjuntura recessiva.

Com efeito, os dados da execução orçamental ao longo do ano revelaram uma menor arrecadação fiscal, sobretudo em sede de IVA, reflectindo a menor despesa de consumo pelas famílias, bem como as alterações nos seus hábitos de consumo. Também a maior subida do desemprego (que atingiu o máximo histórico de 15,8% no 3T2012) está a reflectir-se numa subida da despesa pública em prestações sociais às famílias. Ainda assim, a despesa corrente primária está a cair em linha ou mesmo acima do previsto.

Neste contexto, as metas orçamentais foram revistas em alta, com o novo objectivo de défice para 2012 a fixar-se em 5,0% do PIB (mas dependente de medidas extraordinárias do lado da receita, como a concessão do serviço aeroportuário à ANA, no montante de 1pp do PIB). Para 2013, a meta orçamental é agora de 4,5% do PIB (um aumento de 2pp do PIB) e a meta de 2,5% deve ser alcançada em 2014.

O Governo comprometeu-se com as instituições internacionais apresentar um plano de redução da despesa corrente do Estado em cerca de 4 mil milhões de euros, de forma permanente, o que contribuiria de forma significativa para assegurar um saldo primário excedentário.

Ao nível dos critérios de aceitação de colateral nas operações de refinanciamento junto do BCE, o Banco de Portugal tomou duas decisões: (i) ao nível dos créditos individuais, baixar o montante mínimo para 100 mil euros (antes, 500 mil euros) e aumentar a probabilidade de default (PD) associada, para 1,5% (de 0,4%); e (ii) aceitar pools homogéneas de créditos, sem necessidade de rating (através da criação de securitizações sintéticas).

Estas medidas foram muito importantes na conjuntura em que a República via o seu rating revisto para o nível de “speculative grade” (afectando também os bancos), na medida em que separa a capacidade de financiamento junto do BCE, da actuação das agências de rating. Caso esta medida não tivesse sido adoptada, existiria o risco de várias titularizações perderem a elegibilidade, comprometendo o financiamento da economia portuguesa.

Os spreads de crédito estreitaram de forma pronunciada ao longo de todo o ano, mas em especial a partir da Primavera. Essa evolução reflectiu a maior redução das taxas de juro de longo prazo portuguesas, já que as yields alemãs desceram também para mínimos históricos. No prazo dos 10 anos, a yield da OT portuguesa caiu, já no início de 2013, abaixo dos 6%, o nível mais baixo desde o final de 2010, ainda antes do pedido de assistência económica e financeira (em Maio de 2011).

Ao longo do ano, o Tesouro Português manteve a sua presença nos mercados de dívida de curto prazo, através da emissão de Bilhetes do Tesouro, cuja maturidade máxima foi ampliada até 18 meses. A procura, ainda que sobretudo oriunda de investidores nacionais, permaneceu suportada, e as taxas de juro de colocação desceram, para 2,2% a 6 meses e 2,99% a 18 meses.

O Tesouro, realizou, em Outubro, uma operação de troca de dívida pública, pela qual trocou 3,8 mil milhões de euros da série OT Setembro 2013 por igual montante da série OT Outubro 2015. Esta operação revelou que há investidores disponíveis para manter a sua carteira de dívida pública portuguesa e, adicionalmente, em estender as maturidades.

Já em Janeiro de 2013, a República efectuou o regresso aos mercados financeiros, com a emissão de 2,5 mil milhões de euros, a 5 anos, à taxa de juro de 4,891%. Tratou-se de uma operação bem-sucedida, que ocorreu mais cedo do que o antecipado pelo consenso, e que, contrariamente à visão de alguns investidores, revela que, fruto do ajustamento já realizado, incluindo ao nível do desequilíbrio externo, a percepção do risco da República é menor.

Isto ocorre apesar de, no início de 2012, a agência de notação de crédito Moody's ter revisto em baixa o rating da República para Ba3, no nível de "high yield", e a Standard and Poor's ter revisto o rating para BB, no âmbito das revisões de ratings dos soberanos europeus.

As medidas adoptadas pelo BCE e pelo Banco de Portugal, em termos de novas regras de colateral, minimizam o impacto destas revisões em baixa do rating da República e dos bancos na capacidade de financiamento junto do BCE.

O financiamento obtido pelo sistema financeiro português junto do BCE era de 53 mil milhões de euros, no final do ano, após um pico em 60 mil milhões, no segundo trimestre (que ocorreu na segunda operação de cedência de liquidez a 3 anos, em Fevereiro, e foi realizado por várias instituições não domésticas, que substituíram as linhas que tinham junto das respectivas casas-mãe). Corrigindo dos depósitos junto do BCE, o financiamento líquido no final de 2012 era de 44,5 mil milhões de euros, que compara com 40,2 mil milhões no final de 2011.

O ritmo de desalavancagem do sector bancário abrandou no primeiro semestre de 2012, depois de uma maior redução do rácio crédito/depósitos ocorrida no segundo semestre de 2011. As alterações nas regras de colateral e a flexibilização do rácio, que passou a ser indicativo, contribuíram para esta moderação.

O crescimento dos depósitos manteve-se sustentado, embora os bancos tenham passado a gerir noutros moldes o ritmo da sua captação, para proteger a margem financeira. Também as novas regras do Banco de Portugal quanto aos spreads máximos praticáveis nos depósitos, e que conduziram a uma descida das taxas de juro, contribuíram para esta alteração.

O crédito continuou a contrair, em especial ao nível do crédito a empresas, mas associado também a uma redução dos depósitos das mesmas, o que pode sinalizar, a este nível, a liquidação de créditos num quadro de spreads de crédito elevados. A nova produção de crédito hipotecário caiu para mínimos históricos, em redor de 150 milhões de euros por mês, sendo insuficiente para repor o crédito que amortiza regularmente.

Principais riscos e incertezas de 2013

Os riscos e incertezas que podem afectar a actividade em 2012 são de duas ordens, uma de origem internacional, outra doméstica.

A nível internacional, têm-se como factores de risco, as perspectivas económicas e financeiras na zona euro. A actividade económica deve permanecer em terreno recessivo até ao segundo trimestre, devido ao impacto das medidas de consolidação orçamental implementadas em alguns países (Itália, França e Espanha), e que devem ter também efeitos de contágio à Alemanha.

A execução orçamental nos primeiros meses do ano será determinante para afastar os receios de uma espiral de desvios orçamentais que exijam novas medidas e agravem o cenário recessivo.

Por outro lado, a incerteza sobre a estabilidade da zona euro deve permanecer elevada, pelo menos até à clarificação das condições económicas e financeiras na Grécia. O acordo quanto à reestruturação da dívida deve estar implementado até ao final do primeiro trimestre e poderá ter algum contágio quanto a expectativas de mercado de que outro país em ajustamento tenha que adoptar idêntica medida.

A assinatura expedita do novo acordo intergovernamental acordado na Cimeira de 5 de Dezembro e a entrada em funcionamento do novo Mecanismo de Estabilidade Financeira, em Julho, poderão contribuir para a redução da incerteza institucional.

Ainda a nível internacional, a incerteza sobre a sustentabilidade das contas públicas estende-se a outros países, como os EUA. Apesar da recente decisão de elevação do limite da dívida, as perspectivas de lenta redução do défice serão um tema recorrente a afectar o sentimento de mercado. As previsões de crescimento mais sólido e baixas das taxas de juro de longo prazo parecem insuficientes para impedir que a dinâmica da dívida pública continua insustentável, devido aos elevados défices primários. A situação orçamental dos Estados e municípios é um factor de risco adicional.

A nível doméstico, as principais incertezas estão relacionadas com o estrito cumprimento das medidas de condicionalidade previstas no Memorando de Entendimento, que serão alvo de avaliação trimestral por parte das instituições internacionais. O Governo reforçou as medidas visando cumprir a meta orçamental de 4,5% do PIB para 2012, devendo agir ao nível da despesa logo nos primeiros meses do ano, para precaver-se contra eventuais riscos associados ao impacto da contracção económica sobre a receita fiscal.

Ao nível do sector financeiro, os riscos prendem-se com o cumprimento das metas estabelecidas no programa de desalavancagem e financiamento. Em 2011, a desalavancagem foi realizada sobretudo através da captação de depósitos. Caso essa tendência não possa ser continuada, há riscos de maior contracção do crédito. Por outro lado, o ciclo económico terá impacto ao nível do incumprimento e, conseqüentemente, surge como factor de risco para o cumprimento da meta de 10% para o rácio de Core Tier 1, em 2012, sendo que os bancos nacionais terão também que cobrir as necessidades de capital encontradas no âmbito do exercício de testes de esforço realizados pela EBA.

O cumprimento de objectivos, pelo Estado e pelo sector bancário, são fundamentais para recuperar a confiança dos investidores internacionais e permitir que o actual nível de financiamento nos mercados globais (que, de qualquer forma, é reduzido) se possa manter e, a prazo, ampliar.

Política de investimento

O Fundo Poupança Investimento FPR fechou o ano 2012 com um desempenho positivo de 8.11%, devido ao forte desempenho de acções e títulos de taxa fixa em que o fundo investe.

Em termos de taxa fixa, o Fundo esteve investido principalmente em títulos de dívida soberana. À medida que se dissiparam os receios sobre as economias europeias após os discursos de Mário Draghi e os leilões de liquidez ilimitada efectuados pelo BCE, e o desencadear de mecanismos de expansão monetária por parte da Reserva Federal norte-americana, o risco da carteira foi sendo aumentado através do aumento da duration do Fundo em dívida periférica europeia, tanto em governos como em crédito Espanhol, Português e Italiano.

Em termos de acções, o Fundo moveu-se em torno de um intervalo entre 30% e 80%, mas com uma postura muito cautelosa sempre que o momento de mercado se traduzia numa aversão ao risco. À medida que se foram dissipando os receios sobre as economias, o risco da carteira foi aumentado numa proporção de 65% Europa e 35% EUA dado o seu potencial de valorização superior.

Performance

A evolução histórica das rendibilidades e risco do Fundo foi a seguinte:

Ano	Rendibilidade	Risco	Classe de Risco
1996	12,62%	1,51%	2
1997	13,50%	3,05%	2
1998	6,85%	5,75%	2
1999	4,50%	4,72%	2
2000	3,12%	3,50%	2
2001	-0,74%	3,80%	2
2002	-2,30%	3,20%	2
2003	5,37%	2,34%	2
2004	3,73%	2,41%	2
2005	5,76%	1,61%	2

2006	3,32%	2,49%	2
2007	2,67%	2,68%	2
2008	-18,61%	8,74%	3
2009	6,49%	5,34%	3
2010	4,30%	4,07%	3
2011	-7,14%	6,03%	3
2012	8,11%	3,47%	2

(fonte APFIPP).

Nota: As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 6 (risco máximo).

Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes

Nos últimos 3 anos:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo nomeadamente custos de transacção, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas;
- Não houve alterações significativas nas comissões suportadas pelo Fundo.
- No que respeita às comissões suportadas pelos Participantes existiram vários períodos de campanha que isentaram a comissão de subscrição. Actualmente a isenção da comissão de subscrição mantém-se para as entregas pontuais ou periódicas efectuadas no período compreendido entre 01/01/2013 e 31/12/2013.

Evolução dos activos sob gestão

O valor total da carteira do Fundo, à data de 31 de Dezembro de 2012, era de 53 163 095 €.

Eventos subsequentes

Para o período ocorrido entre o termo do exercício e o da elaboração do presente Relatório não existiu nenhum evento assinalável.

Lisboa, 15 de Fevereiro de 2013

II - RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

1. Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 8.º do Código dos Valores Mobiliários (CVM) e do n.º 1 do artigo 43.º e do n.º 2 do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 252/03, de 17 de Outubro, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, do **FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO SANTANDER POUPANÇA INVESTIMENTO FPR FUNDO DE POUPANÇA-REFORMA**, gerido pela Santander Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA, incluída no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de 54 961 810 euros e um total de capital do Fundo de 53 163 095 euros, incluindo um resultado líquido de 4 348 730 euros), na Demonstração dos Resultados e na Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e nos correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração da entidade gestora Santander Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados, atentas as especificidades dos Fundos de Investimento Mobiliário;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita,

RUA GENERAL FIRMINO MIGUEL, 3, TORRE 2 – 1.º A/B, 1600-100 LISBOA, PORTUGAL
TEL.: + 351 21 721 01 80 - FAX: + 351 21 726 79 61 - E-MAIL: MAZARSLISBOA@MAZARS.PT

RUA DO CAMPO ALEGRE, 830, 3.º – S14, 4150-171 PORTO, PORTUGAL
TEL.: + 351 22 605 10 20 - FAX: + 351 22 607 98 70 - E-MAIL: MAZARSORTO@MAZARS.PT

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA
INSCRIÇÃO N.º 51 NA OROC – REGISTADA NA CMVM SOB O N.º 1254 – NIPC 502 107 251 – CAPITAL SOCIAL 112.000,00 € – CRC LISBOA 14780

conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração da entidade gestora, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação do adequado cumprimento do Regulamento de Gestão do Fundo;
 - a verificação da adequada avaliação dos valores do Fundo;
 - a verificação do cumprimento dos critérios de avaliação definidos nos documentos constitutivos;
 - a verificação da realização das operações sobre valores cotados, mas realizadas fora de mercado nos termos e condições previstas na lei e respectiva regulamentação;
 - a verificação do registo e controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação do Fundo;
 - a verificação do ressarcimento e divulgação dos prejuízos causados por erros ocorridos no processo de valorização e divulgação do valor da unidade de participação ou na imputação das operações de subscrição e de resgate ao património do Fundo nos termos e condições regularmente previstas;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO SANTANDER POUPANÇA INVESTIMENTO FPR FUNDO DE POUPANÇA-REFORMA**, gerido pela entidade gestora Santander Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA, em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Investimento Mobiliário, e a informação neles constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 21 de Fevereiro de 2013

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA

Registada na CMVM sob o nº 1254

e representada por Dr. Henrique José Marto Oliveira - ROC nº 961

**III - BALANÇO DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO SANTANDER
POUPANÇA INVESTIMENTO FPR REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2012**

Fundo: *Santander Poupança Investimento FPR*

(valores em Euros)

BALANÇO

Data: 31.12.12

	ACTIVO					PASSIVO		
	31.12.12				31.12.11	Períodos		
	Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido	31.12.12	31.12.11	
Carteira de Títulos								
Obrigações	34 991 246	757 039	(417 092)	35 331 193	34 181 745	14 559 835	17 164 493	
Ações	358 165	8 736		366 900	682 800	(9 198 339)	(2 645 523)	
Títulos de Participação						43 452 870	48 305 855	
Unidades de Participação	17 573 176	353 759	(5 106 976)	12 819 959	20 789 101			
Direitos					-			
Outros Instrumentos da Dívida						Resultados Líquidos do Período	4 348 730	(4 852 986)
<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>52 922 587</u>	<u>1 119 534</u>	<u>(5 524 068)</u>	<u>48 518 053</u>	<u>55 653 646</u>	<i>Total do Capital do OIC</i>	<u>53 163 095</u>	<u>57 971 840</u>
Outros Activos								
Outros activos								
<i>Total de Outros Activos</i>						<i>Total das Provisões Acumuladas</i>		
Terceiros								
Contas de Devedores	182 375			182 375	368 129	Resgates a Pagar a Participantes	155 803	171 397
<i>Total dos Valores a Receber</i>	<u>182 375</u>			<u>182 375</u>	<u>368 129</u>	Rendimentos a Pagar a Participantes		
Disponibilidades						Comissões a Pagar	73 944	84 402
Caixa						Outras contas de Credores	1 568 968	(30 049)
Depósitos à Ordem	1 407 332			1 407 332	1 619 769	Empréstimos Obtidos		
Depósitos a Prazo e com Pré-aviso	4 280 000			4 280 000		<i>Total dos Valores a Pagar</i>	<u>1 798 715</u>	<u>225 749</u>
Certificados de Depósito						Acréscimos e diferimentos		
Outros Meios Monetários						Acréscimos de Custos		
<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>5 687 332</u>			<u>5 687 332</u>	<u>1 619 769</u>	Receitas com Provento Diferido		
Acréscimos e diferimentos						Outros Acréscimos e Diferimentos		()
Acréscimos de Proveitos	524 073			524 073	537 584	Contas transitórias passivas		
Despesas com Custo Diferido	14 545			14 545		<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>		<u>0</u>
Outros acréscimos e diferimentos	35 433			35 433	18 462			
Contas transitórias activas								
<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Activos</i>	<u>574 051</u>			<u>574 051</u>	<u>556 046</u>			
TOTAL DO ACTIVO	<u>59 366 345</u>	<u>1 119 534</u>	<u>(5 524 068)</u>	<u>54 961 810</u>	<u>58 197 589</u>	TOTAL DO PASSIVO	<u>54 961 810</u>	<u>58 197 589</u>
								()
Total do Número de Unidades de Participação em circulação				<u>2 919 031</u>	<u>3 441 226</u>	Valor Unitário da Unidade Participação	<u>18,2125</u>	<u>16,8462</u>

(valores em Euro)

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Data: 31.12.12

	DIREITOS SOBRE TERCEIROS		RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS		
	<u>31.12.12</u>	<u>31.12.11</u>	Períodos		
			<u>31.12.12</u>	<u>31.12.11</u>	
Operações Cambiais					
À vista					
A prazo (forwards cambiais)					
Swaps cambiais					
Opções					
Futuros					
<i>Total</i>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>
Operações Sobre Taxas de Juro					
Contratos a prazo (FRA)					
Swap de taxa de juro					
Contratos de garantia de taxa de juro					
Opções					
Futuros					
<i>Total</i>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>
Operações Sobre Cotações					
Opções					
Futuros	2 920 077	4 476 815			
<i>Total</i>	<u>2 920 077</u>	<u>4 476 815</u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>
Compromissos de Terceiros					
Operações a prazo (reporte de valores)					
Valores cedidos em garantia					
Empréstimos de valores					
<i>Total</i>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>
TOTAL DOS DIREITOS	<u>2 920 077</u>	<u>4 476 815</u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>
CONTAS DE CONTRAPARTIDA	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>
			<u>-2 920 077</u>	<u>-4 476 815</u>	

**IV - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO
MOBILIÁRIO ABERTO SANTANDER POUPANÇA INVESTIMENTO FPR
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

Fundo: **Santander Poupança Investimento FPR**

(valores em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Data: 31.12.12

	CUSTOS E PERDAS		PROVEITOS E GANHOS	
	Períodos		Períodos	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Custos e Perdas Correntes			Proveitos e Ganhos Correntes	
Juros e Custos Equiparados			Juros e Proveitos Equiparados	
De Operações Correntes	236 171	153 278	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	1 228 402
De Operações Extrapatrimoniais			Outros, de Operações Correntes	8 123
Comissões e Taxas			De Operações Extrapatrimoniais	(0)
Da Carteira de Títulos e Outros Activos	66 393	3 325	Rendimento de Títulos	
Outras, de Operações Correntes	909 092	1 106 030	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	54 318
De Operações Extrapatrimoniais	11 276	5 711	De Operações Extrapatrimoniais	203 977
Perdas em Operações Financeiras			Ganhos em Operações Financeiras	
Da Carteira de Títulos e Outros Activos	7 732 136	11 782 180	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	12 069 188
Outras, em Operações Correntes			Outros, em Operações Correntes	6 892 436
Em Operações Extrapatrimoniais	4 027 749	6 343 736	Em Operações Extrapatrimoniais	3 940 641
Impostos			Reposição e Anulação de Provisões	6 055 255
Impostos Sobre o Rendimento	(15 922)	17 639	Para Riscos e Encargos	
Impostos Indirectos			Outros Proveitos e Ganhos Correntes	15 017
Outros impostos				9 792
Provisões do Exercício			<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>17 315 687</u>
Para Riscos e Encargos				<u>14 558 916</u>
Outros Custos e Perdas Correntes			Proveitos e Ganhos Eventuais	
<i>Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>12 966 895</u>	<u>19 411 899</u>	Recuperação de Inobráveis	
			Ganhos Extraordinários	
Custos e Perdas Eventuais			Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores	
Valores Inobráveis			Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	0
Perdas Extraordinárias				31
Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (D)</i>	<u>0</u>
Outras Custos e Perdas Eventuais	63	33		<u>31</u>
<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (C)</i>	<u>63</u>	<u>33</u>		
Imposto Sobre o Rendimento do Exercício				
Resultado Líquido do Período	<u>4 348 730</u>		Resultado Líquido do Período	<u>4 852 986</u>
<i>TOTAL</i>	<u>17 315 688</u>	<u>19 411 932</u>	<i>TOTAL</i>	<u>17 315 688</u>
				<u>19 411 932</u>
<u>Resultados da Carteira de Títulos e Outros Activos</u>	<u>5 553 378</u>	<u>(3 295 332)</u>	<u>Resultados Eventuais [(D)-(C)]</u>	<u>(62)</u>
<u>Resultados das Operações Extrapatrimoniais</u>	<u>(98 385)</u>	<u>(294 192)</u>	<u>Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento</u>	<u>4 332 808</u>
<u>Resultados Correntes [(B)-(A)]</u>	<u>4 348 792</u>	<u>(4 852 984)</u>	<u>Resultados Líquidos do Período</u>	<u>(4 835 346)</u>
				<u>4 348 730</u>
				<u>(4 852 986)</u>

V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO SANTANDER POUPANÇA INVESTIMENTO FPR REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

	31.12.12	31.12.11
Operações sobre as Unidades do Fundo		
Recebimentos		
Subscrições de unidades de participação	2 095 220	2 777 803
Pagamentos		
Resgates de unidades de participação	11 268 288	14 362 792
Rendimentos pagos aos participantes		
Fluxo das Operações sobre as Unidades do Fundo	-9 173 068	-11 584 990
Operações da Carteira de Títulos		
Recebimentos		
Venda de títulos	80 826 859	77 010 231
Reembolso de títulos	19 954 156	9 838 261
Resgate de unidades de participação		
Rendimento de títulos	54 318	203 977
Juros e proveitos similares recebidos	1 246 063	1 412 521
Venda de títulos com acordo de recompra		
Outros recebimentos relacionados com a carteira		
Pagamentos		
Compra de títulos	87 545 728	76 565 633
Subscrição de unidades de participação		
Juros e custos similares pagos	236 171	153 278
Venda de títulos com acordo de recompra		
Taxas de bolsa suportadas		
Taxas de corretagem	27 805	3 182
Outras taxas e comissões	38 588	143
Outros pagamentos relacionados com a carteira		
Fluxo das Operações da Carteira de Títulos	14 233 105	11 742 754
Operações a Prazo e de Divisas		
Recebimentos		
Juros e proveitos similares recebidos		
Recebimentos em operações cambiais	19 393	
Recebimento em operações de taxa de juro		
Recebimento em operações sobre cotações	3 921 248	6 055 255
Margem inicial em contratos de futuros		
Comissões em contratos de opções		
Outras comissões		
Outros recebimentos op. A prazo e de divisas		
Pagamentos		
Juros e custos similares pagos		
Pagamentos em operações cambiais		20 214
Pagamentos em operações de taxa de juro		
Pagamento em operações sobre cotações	4 027 749	6 323 523
Margem inicial em contratos de futuros		
Comissões em contratos de opções		
Outros pagamentos op. A prazo e de divisas		
Fluxo das Operações a Prazo e de Divisas	-87 109	-288 481
Operações de Gestão Corrente		
Recebimentos		
Cobranças de crédito vencido		
Compras com acordo de revenda		
Juros de depósitos bancários	3 972	1 569
Juros de certificados de depósito		
Outros recebimentos correntes		31
Pagamentos		
Comissão de gestão	885 242	1 090 301
Comissão de depósito	19 486	24 060
Despesas com crédito vencido		
Juros devedores de depósitos bancários		
Compras com acordo de revenda		
Impostos e taxas	4 546	10 301
Outros pagamentos correntes	63	33
Fluxo das Operações de Gestão Corrente	-905 365	-1 123 095
Operações Eventuais		
Recebimentos		
Ganhos extraordinários		
Ganhos imputáveis a exercícios anteriores		
Recuperação de incobráveis		
Outros recebimentos de operações eventuais		
Pagamentos		
Perdas extraordinárias		
Perdas imputáveis a exercícios anteriores		
Outros pagamentos de operações eventuais		
Fluxo das Operações Eventuais	4 067 564	-1 253 812
Saldo dos Fluxos Monetários do período	1 619 769	2 873 581
Disponibilidades no início do período	5 687 332	1 619 769
Disponibilidades no fim do período	11 757 101	4 493 350

VI - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

VI - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 16/2003 emitido pela CMVM em 18 de Dezembro de 2003. As Notas que não constam deste Relatório são “não aplicáveis”.

Nota 1 – Capital do Fundo

Os movimentos ocorridos no capital do Fundo durante o ano de 2012 apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	31.12.11	Subscr.	Resgates	Dist.Res	Outros	Res.Per	31.12.12
Valor base	17 164 493	591 736	(3 196 394)				14 559 835
Diferença p/Valor Base	(2 645 523)	1 503 484	(8 056 301)				(9 198 339)
Resultados distribuídos	-						-
Resultados acumulados	48 305 855				(4 852 986)		43 452 870
Resultados do período	(4 852 986)				4 852 986	4 348 730	4 348 730
SOMA	57 971 840	2 095 220	(11 252 694)	-	-	4 348 730	53 163 095
Nº de Unidades participação	3 441 226	118 634	(640 830)				2 919 031
Valor Unidade participação	16,8462	17,6611	17,5595				18,2125

O valor de cada Unidade de Participação e o valor líquido global do Fundo no final de cada trimestre dos três últimos anos foi o seguinte:

	Data	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2012	31-12-12	18,2125	53 163 095	2 919 031
	30-09-12	17,8212	53 480 041	3 000 908
	30-06-12	17,4895	54 185 796	3 098 176
	31-03-12	17,6229	57 107 092	3 240 490
Ano 2011	31-12-11	16,8462	57 971 840	3 441 226
	30-09-11	16,7216	61 399 364	3 671 859
	30-06-11	18,1199	69 530 999	3 837 273
	31-03-11	18,3998	72 818 140	3 957 551
Ano 2010	31-12-10	18,1417	74 331 971	4 097 283
	30-09-10	17,6830	74 576 556	4 217 415
	30-06-10	17,2603	73 787 460	4 274 981
	31-03-10	17,6134	76 004 827	4 315 171

Nota 2 – Transacções de Valores Mobiliários no Período

O volume de transacções do exercício de 2012, por tipo de valor mobiliário, aferido pelo preço de realização dos respectivos negócios é o seguinte:

	COMPRAS		VENDAS		TOTAL	
	Bolsa	Fora bolsa	Bolsa	Fora bolsa	Bolsa	Fora bolsa
Dívida Pública	14 620 524	-	6 301 585	-	20 922 109	-
Fundos Públicos e Equiparados	-	-	-	-	-	-
Obrigações Diversas	23 822 847	-	14 365 623	-	38 188 470	-
Ações	358 165	-	747 726	-	1 105 891	-
Títulos de Participação	-	-	-	-	-	-
Unidades de Participação	6 136 006	-	19 287 347	-	25 423 352	-
Direitos	-	-	-	-	-	-
Contratos de Opções	88 668	-	240 688	-	329 356	-
Contratos de Futuros	44 130 183	-	45 598 519	-	89 728 702	-
Warrants Autônomos	-	-	-	-	-	-

Os montantes de subscrições e resgates, bem como os respectivos valores cobrados a título de comissões de subscrição e resgate decompõem-se como se segue:

	Valor	Comissões cobradas
Subscrições	2 095 220	55,81
Resgates	11 252 694	3 297,84

A relação entre Participante e Unidades de Participação é a seguinte:

	N.º participantes
Ups >= 25%	0
10% <= Ups < 25%	0
5% <= Ups < 10%	0
2% <= Ups < 5%	0
0.5% <= Ups < 2%	0
Ups < 0.5%	13 718
TOTAL	13 718

Nota 3 – Carteira de Títulos

Em 31 de Dezembro de 2012 esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>						
-Títulos dívida Pública						
PGB 4.45% 15/06/2018	938 475	59 770	-	998 245	26 069	1 024 314
PGB 4.2% 15/10/2016	2 583 335	76 435	-	2 659 770	9 873	2 669 643
	3 521 810	136 205	-	3 658 015	35 942	3 693 957
-Obrigações diversas						
CGD 4.375% 13/05/13	3 090 450	-	(90 450)	3 000 000	83 654	3 083 654
	3 090 450	-	(90 450)	3 000 000	83 654	3 083 654
-Ações						
Galp Energia SGPS SA	358 165	8 736	-	366 900	-	366 900
	358 165	8 736	-	366 900	-	366 900

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Títulos dívida Pública						
SGLT 0% 13/12/2013	1 962 953	-	(8 941)	1 954 012		1 954 012
	1 962 953	-	(8 941)	1 954 012	-	1 954 012
-Obrigações diversas						
Eur.Tobaco 14/02/15	2 368 000	144 750	-	2 512 750	82 480	2 595 230
BESPL 3% 19/05/2015	494 375	4 875	-	499 250	1 782	501 032
DPB Float 11/15	2 156 000	-	(29 150)	2 126 850	3 473	2 130 323
Sabsm 4.25% 19/09/14	1 099 934	20 691	-	1 120 625	13 321	1 133 946
Bbvsm 4.25% 07/14	1 974 600	74 300	-	2 048 900	39 464	2 088 364
Santan 4.375% 09/14	1 497 420	38 490	-	1 535 910	21 396	1 557 306
Santan 4.625% 03/16	1 797 336	79 092	-	1 876 428	23 264	1 899 692
Peugot 4% 19/07/2013	895 941	13 941	-	909 882	16 373	926 255
CAFP 1.875% 19/12/17	1 016 053	4 774	-	1 020 826	681	1 021 507
Portel 5.875% 04/18	1 193 640	51 360	-	1 245 000	14 679	1 259 679
Eirles altis 12/2016	803 650	-	(42 015)	761 635	156	761 791
Cloverie Float 07/25	500 000	-	(104 200)	395 800	1 039	396 839
Monte 4.875% 09/2014	399 124	1 000	-	400 124	5 556	405 680
Fortis 09/03/2020	500 000	-	(42 200)	457 800	14 320	472 120
Clarenville 1X A1A	71 139	-	(135)	71 004	229	71 232
LEOPARD IIX A1	476 591	25 086	-	501 678	852	502 529
BRCORO 6.875% 04/18	1 592 016	91 984	-	1 684 000	27 425	1 711 425
BCP 5.625% 23/04/14	1 083 049	22 561	-	1 105 610	42 889	1 148 499
BESPL 5.875% 9/11/15	1 494 975	46 425	-	1 541 400	13 038	1 554 438
City Vol Jul 17	4 102 190	680	-	4 102 870	59 186	4 162 056
	25 516 033	620 009	(217 701)	25 918 341	381 601	26 299 942
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>						
-Títulos de participação						
SPDR TRUST SERIES 1	1 407 332	67 326	-	1 474 658		1 474 658
	1 407 332	67 326	-	1 474 658	-	1 474 658
2. OUTROS VALORES						
<i>Val. Mobiliários nacionais não cotados</i>						
-Obrigações diversas						
BBVA 3,5% 5/12/2017	500 000	825	-	500 825	1 295	502 120
Somec/94	-	-	-	-	-	-
Somec/92	-	-	-	-	-	-
	500 000	825	-	500 825	1 295	502 120
<i>Val. Mobiliários estrangeiros não cotados</i>						
-Obrigações diversas						
Saphir Finance 03/11	400 000	-	(100 000)	300 000	-	300 000
	400 000	-	(100 000)	300 000	-	300 000
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
<i>Unidades de participação</i>						
OIC domiciliados em Portugal						
FIIF Imosaúde	343 000	43 321	-	386 321	-	386 321
Fundo Lusimovest	2 632 634	53 645	-	2 686 279	-	2 686 279
Vision Escritórios	4 057 899	-	(1 532 425)	2 525 474	-	2 525 474
Explorer I	306 970	-	(112 845)	194 124	-	194 124
Explorer - II	508 348	-	(61 706)	446 642	-	446 642
	7 848 851	96 966	(1 706 977)	6 238 840	-	6 238 840
OIC domiciliados Estado membro UE						
Alken Fd- Eur Opp- R	1 020 988	64 897	-	1 085 886	-	1 085 886
BGF-€ Mark Fund-€D2	2 366 000	86 885	-	2 452 885	-	2 452 885
INVESCO-BL RISK AL-C	1 530 006	37 685	-	1 567 691	-	1 567 691
Lux Invest Plus - B	3 400 000	-	(3 400 000)	0	-	0
	8 316 994	189 468	(3 400 000)	5 106 462	-	5 106 462
TOTAL	52 922 587	1 119 534	(5 524 068)	48 518 053	502 491	49 020 544

Relatório e Contas referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012

O movimento ocorrido na rubrica Disponibilidades, durante o ano de 2012 foi o seguinte:

(valores em Euros)

Descrição	31.12.11	Aumentos	Reduções	31.12.12
Numerário	-			-
Depósitos à ordem	1 619 769			1 407 332
Depósitos a prazo e com pré-aviso	-	4 280 000	-	4 280 000
Certificados de depósito	-	-	-	-
Outras contas de disponibilidades	-	-	-	-
TOTAL	1 619 769			5 687 332

Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras do Fundo foram preparadas de acordo com o definido pelo Decreto-Lei nº 252/2003 de 17 de Outubro e pelas Normas Regulamentares emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre a contabilização das operações dos Organismos de Investimento Colectivo.

a) Carteira de Títulos

A valorização dos activos que compõem a carteira do Fundo é efectuada de acordo com as seguintes regras:

Para valores mobiliários cotados

- Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflecte os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transacções.
- Para a valorização de activos cotados, é tomada como referência a cotação de fecho ou o preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado onde os valores se encontram cotados do dia da valorização ou o último preço conhecido quando aqueles não existam.
- Para os valores representativos de dívida cotados em bolsas ou mercados regulamentados, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, a valorização é efectuada com base em metodologias baseadas em ofertas de compra firmes, ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas, nomeadamente através do sistema *Bloomberg* – (Bloomberg genérico) - que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade gestora.
- No caso de não existir cotação ou preço de referência no próprio dia da valorização, é considerada a última cotação de fecho ou o preço de referência conhecido desde que os mesmos se tenham verificado nos quinze dias anteriores ao dia da valorização.

- No que diz respeito a outros instrumentos representativos de dívida, transaccionáveis, que possuam liquidez e tenham valor susceptível de ser determinado com precisão a qualquer momento, emitidos por prazos inferiores a um ano, a sua valorização é efectuada, na falta de preços de mercado, com base no reconhecimento diário do rendimento inerente à operação.
- Para a valorização de instrumentos derivados, é tomado o preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado onde se encontram admitidos à negociação.
- São equiparados a valores não cotados, para efeitos de valorização, os valores cotados que não sejam transaccionados nos 15 dias que antecedem a respectiva valorização.

Para valores mobiliários não cotados

- A valorização de valores em processo de admissão à cotação tem por base a valorização de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.
- A valorização dos activos não cotados tem em conta o seu presumível valor de realização e assentará em critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas.
- Na impossibilidade de aplicação do referido, recorrem-se a modelos de avaliação utilizados e reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.
- A valorização das unidades de participação reflectirá o último valor divulgado pela respectiva entidade gestora às 17h do próprio dia.

Valorização cambial

- Os activos denominados em moeda estrangeira serão avaliados ao câmbio indicativo do Banco de Portugal do próprio dia, difundido através do sistema “Reuters”.

b) Valorização das Unidades de Participação

O valor líquido do Fundo é determinado diariamente, excepto aos sábados, domingos e feriados devendo ser diariamente publicado no Boletim de Cotações da Bolsa de Valores no dia seguinte ao do apuramento;

O Regulamento da CMVM nº 16/2003 estabelece que o Capital do Fundo compreende:

- O valor-base das Unidades de Participação e as diferenças para esse valor-base nas operações de subscrições e resgate;
- As mais e menos valias, latentes e realizadas, sobre as operações financeiras, as diferenças de câmbio, os gastos com a negociação dos títulos, as comissões e outros custos e

proveitos relacionados com o Fundo, ou seja, todos os montantes de que resulta o apuramento de resultados do Fundo.

A determinação do valor de cada Unidade de Participação efectua-se pela divisão entre o Capital do Fundo e o número de Unidades de Participação em circulação.

c) Contratos de “Futuros”

As posições abertas em contratos de Futuros são reflectidas em contas extra-patrimoniais, sendo valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado. Os lucros e prejuízos realizados ou potenciais são reconhecidos em proveitos ou custos do exercício na rubrica “Ganhos ou Perdas em Operações Financeiras”, sendo os ajustamentos de cotações diários reflectidos em contas de “Acréscimos e diferimentos” e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

A margem inicial associada aos respectivos contratos é registada na rubrica “Contas de devedores”

d) Especialização dos exercícios

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Nota 5 – Componentes do Resultado do Fundo

Os componentes do resultado do Fundo (Proveitos) são os seguintes:

Natureza	GANHOS DE CAPITAL			GANHOS DE JUROS		Rendimento de títulos	Soma
	Mais valias potenciais	Mais valias efectivas	Soma	Juros vencidos	Juros decorridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Acções	87 823	-	87 823	-	-	590	590
Obrigações	5 745 547	1 081 244	6 826 792	725 935	502 491	-	1 228 426
Direitos	34 381	181 170	215 551	-	-	-	-
Unidades de participação	3 760 823	1 178 199	4 939 022	-	-	66 398	66 398
Depósitos	-	-	-	3 014	5 109	-	8 123
OPERAÇÕES A PRAZO							
Cambiais							
Spots	-	19 393	19 393	-	-	-	-
Cotações							
Futuros	35 433	3 904 059	3 939 492	-	-	-	-

Os componentes do resultado do Fundo (Custos) são os seguintes:

Natureza	PERDAS DE CAPITAL			JUROS E COMISSOES SUPORTADOS		
	Menos valias potenciais	Menos valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos	Soma
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Acções	(936)	(13 226)	(14 162)	-	-	-
Obrigações	(1 553 141)	(1 942 961)	(3 496 102)	(236 171)	-	(236 171)
Direitos	(63 140)	(391)	(63 531)	-	-	-
Unidades de participação	(2 965 233)	(1 193 109)	(4 158 342)	-	-	-
OPERAÇÕES A PRAZO						
Cotações						
Futuros	-	(4 027 749)	(4 027 749)			
COMISSÕES						
de Gestão				(878 394)		(878 394)
de Depósito				(19 336)		(19 336)
de Supervisão				(8 124)		(8 124)
de Carteira de títulos				(66 393)		(66 393)
de Operações Extrapatrimoniais				(11 276)		(11 276)
Outras				(3 238)		(3 238)

Nota 9 – Discriminação dos Impostos sobre Mais-Valias e Retenções na Fonte

À data de 31 de Dezembro de 2012 os impostos sobre mais-valias e retenções na fonte tem a seguinte decomposição:

	Imposto de mais-valias	Retenções na Fonte	Soma
Acções	-	(590)	(590)
Obrigações	-	(24)	(24)
Unidades de Participação	-	2 937	2 937
Futuros de cotações	(18 244)	-	(18 244)
Total	(18 244)	2 322	(15 922)

Nota 11 – Exposição ao Risco Cambial

Em 31 de Dezembro de 2012, o Fundo mantinha as seguintes posições cambiais abertas:

POSIÇÃO CAMBIAL						
Moedas	À Vista	A Prazo			Opções	Posição Global
		Forward	Futuros	Total a prazo		
USD	2 166 437	-	-	-	-	2 166 437
GBP	2					2
Contravalor (Euro)	1 641 392	-	-	-	-	1 641 392

Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro

À data de 31 de Dezembro de 2012 o Fundo detinha activos de juro fixo cuja maturidade é seguinte:

Maturidades	Montante em Carteira	Extra-Patrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	5 963 920	-	-	-	-	5 963 920
de 1 a 3 anos	7 888 232	-	-	-	-	7 888 232
de 3 a 5 anos	6 092 962	-	-	-	-	6 092 962
de 5 a 7 anos	3 995 419	-	-	-	-	3 995 419
mais de 7 anos	-	-	-	-	-	-

Nota 13 – Cobertura do Risco Cotações

Em 31 de Dezembro de 2012, o Fundo apresenta a seguinte exposição ao risco cotações:

ACÇÕES E VALORES	MONTANTE (Euros)	EXTRA-PATRIMONIAIS		SALDO
		Futuros	Opções	
Acções	366 900	2 920 077	-	3 286 978
UP's	12 819 959	-	-	12 819 959

Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados

No termos do Regulamento da CMVM 21/99, tendo por base princípios de prudência e de adequação à situação concreta de Fundo e tendo em conta alterações substanciais recentes registada na volatilidade dos mercados, para o cálculo da perda potencial máxima que o património do Fundo está exposto, foi utilizado o cálculo do VaR da Bloomberg.

Sempre que um instrumento derivado não existir na Bloomberg é utilizado o seu subjacente como se do instrumento financeiro se tratasse, para análise e cálculo do VaR.

Exemplificando: no caso de futuros de acções, apesar de não existirem cotações históricas para o cálculo do VaR, dado existir uma forte correlação entre o instrumento financeiro derivado e o activo subjacente, é utilizado o activo subjacente como se do instrumento financeiro se tratasse. A correlação entre os dois activos é elevada e é considerado que a volatilidade implícita das taxas de juro do prazo do contrato do futuro, um mês ou mesmo quando três meses, não é materialmente relevante.

Definidos os pressupostos e tendo em atenção para o cálculo do VaR, como mínimos, a detenção da carteira por um período de 30 dias e um intervalo de confiança a 95% e, como máximo, volatilidades a um ano, o cálculo do limite da perda potencial máxima é feito da seguinte forma:

Relatório e Contas referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012

	Perdas potenciais em 31.12.2012	Perdas potenciais em 31.12.2011
Carteira sem Derivados	0	3 135 235
Carteira com Derivados	0	3 621 511
VaR	0,00%	15,51%

Nota 15 – Custos Imputados

Até 31 de Dezembro de 2012 foram imputados ao Fundo os seguintes custos:

Custos	Valor	%VLGF
Comissão de Gestão		
<i>Componente Fixa</i>	878 394	1,59%
<i>Componente Variável</i>	-	0,00%
Comissão de Depósito	19 336	0,04%
Taxa de Supervisão	8 124	0,01%
Custos de Auditoria	3 238	0,01%
Outros Custos	11 276	0,02%
TOTAL	920 368	
TAXA GLOBAL DE CUSTOS (TGC)		1,67%

Nota 16 – Derrogação dos Princípios Contabilísticos dos Fundos de Investimento Mobiliário

No exercício de 2012 o Fundo não derogou qualquer dos Princípios contabilísticos aplicáveis aos Fundos de Investimento Mobiliário.

Nota 17 – Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 são comparáveis com as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.